

PLANEJAMENTO & GESTÃO

Para que servem as ciências sociais desde a perspectiva dos atores na prática social?

Notas de pesquisa

Geraldo Müller*

Resumo

A Linha de Pesquisa que ora desenvolvo examina, de um modo preliminar e limitado, a utilidade do conhecimento do ângulo de quem está comprometido em resolver problemas que afetam a vida coletiva. A pergunta que me interessa responder é a seguinte: de que maneira o acervo de conhecimentos das ciências sociais pode ser útil para os atores na prática social? Em outros termos: existem métodos de se pensar sistematicamente antes de se agir como ator nas práticas sociais? Com o intuito de elaborar algumas respostas, vou me valer das contribuições de Carlos Matus – sua metateoria do *Jogo Social* e de seu *Planejamento Estratégico Situacional* – que nos obrigam a repensar a enorme importância que os métodos e técnicas têm nas inovações sociais, e que eles devem levar em conta não apenas critérios estritamente técnicos mas também critérios políticos e culturais.

Abstract

The research work I have been developing analyses, in a limited and preliminary way, the use of knowledge from people who are engaged in solving problems which affect social life. The question I am interested in answering is the following: can the social science knowledge be useful, in any way, to the actors in social life? That is: are there methods of thinking in a systematic way before performing as actors in social practice? Thinking about answers, I can remember Carlos Matus' ideas – his metatheory of *Social Game* and of his *Situational Strategic Planning* – which make us rethink the huge importance that methodology and techniques have had in social innovations, taking into account not only strict technical criteria, but also cultural and political criteria.

* Geraldo Müller é pesquisador sênior da UNESP, professor do Pós Graduação em Geografia e professor de sociologia e economia no Curso de Graduação de Geografia, Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, campus de Rio Claro. (gmuller@rc.unesp.br).

1 APRESENTAÇÃO

As idéias básicas do presente texto constam em minha proposta de Linha de Pesquisa. De modo bem resumido, diria que essas idéias giram em torno da seguinte pergunta: da perspectiva dos atores que devem fazer escolhas, tomar decisões e agir na prática social, tentando resolver problemas coletivos, *para que* servem os conhecimentos acumulados pelas ciências sociais? A pergunta tem origem numa mistura de coisas, como: (i) o não cumprimento de promessas que eu imaginava que essas ciências poderiam realizar, sobretudo no que respeita à resolução das dificuldades postas pela vida em grandes coletividades; (ii) a fragmentação dos grandes paradigmas que forneciam os quadros de referência aos pesquisadores, o que exacerbou celeumas sustentadas em moldes tradicionais entre ciência *versus* ideologia *versus* personalismos; (iii) os modos precários com que essas ciências tratavam da espinhosa questão dos meios e dos fins das ações sociais, demasiadamente tributárias do que Cerroni (1993) chamou de metafísica filosófica.

A Linha de Pesquisa que ora desenvolvo examina, de um modo preliminar e limitado, a utilidade do conhecimento do ângulo de quem está comprometido em resolver problemas que afetam a vida coletiva. Mais precisamente, a pergunta que me interessa é a seguinte: *como* é que o acervo de conhecimentos das ciências sociais pode ser útil para os atores na prática social? É evidente que a indagação implica em dispor de alguma contabilidade do imenso acervo produzido pelas ciências sociais.

A origem de meu interesse no tema é, em breves palavras, a seguinte. As ciências sociais geraram enormes expectativas de que poderíamos avançar no controle, no governo, dos processos sociais. Elas forneceriam tanto os elementos de explicação e previsão (as teorias) como os instrumentos de aplicação e de revisão (as técnicas) a serem utilizados nas intervenções sociais. As relações genéricas entre ação e pensamento passaram a ser, com as ciências, relações entre teorias, procedimentos e ação; as teorias orientariam a ação e a realização desta alteraria o projeto inicial que, numa nova rodada, alteraria a ação, implicando na mudança dos procedimentos empregados. As teorias incrementariam a capacidade de agir, isto é, produziriam os efeitos desejados sobre grupos e indivíduos. Produziriam ações eficientes. O coroamento dessas expectativas foi a formulação e a aplicação de intervenções intencionais e abrangentes na vida econômica e social - o planejamento. À luz dessas experiências e das propostas e tentativas atuais, no mais das vezes com o nome de planejamento estratégico, originou-se a indagação: *para que e como* servem as ciências sociais para a prática coletiva atual?

2 UM IMPULSO ANTIGO: CONHECER PARA CONTROLAR

Governar pode ser entendido, de acordo com Matus (1998) como um processo no qual o governante busca realizar seu projeto de governo, lançando mão de sua capacidade de governo para manter e expandir sua governabilidade. A realização do projeto de governo está diretamente vinculada à sua efetiva capacidade de processar os problemas sociais, o que lhe garante ganhos nas negociações que implicam em acordos e consensos para a implementação de seus objetivos.

Os conflitos sociais indicam a presença de outros atores, portadores de outras perspectivas, de outros interesses e ideologias e visões de mundo. São atores como o governo, mas distintos e desiguais, com os quais o governo interage e deve negociar. Essas interações conformam uma situação na qual os atores são levados a pensar e agir passo a passo, não havendo um princípio teleológico cujo seguimento permitisse a predição das interações sociais. Os atores pensam e agem a cada momento, esforçando-se para prever os momentos seguintes. Eles realizam, segundo Matus, um cálculo interativo, um cálculo que precede e preside cada momento da ação. Um cálculo que torna operatória a mediação entre ação e pensamento. Em suma, planejam. Assim, o governo, para governar, planeja. Planeja tendo em vista obter as condições para encaminhar os problemas sociais.

Nem só o governo tenta governar, controlar, planejar. Na realidade todos os grupos sociais aspiram exercer o controle sobre as ações dos outros grupos que se antepõem à efetivação real e potencial de suas metas. O plano e sua gestão são concebidos como próprios da dinâmica dessas entidades sociais designadas como atores.

E, certamente podemos postular que, quanto mais complexas e mais democráticas forem as sociedades, mais forte são os apelos às atitudes planejadas, precisamente para alcançar eficiência em seus respectivos espaços sociais, entendidos como núcleos de suas identidades. Neste sentido, empresas, escolas, clubes, igrejas, associações de bairro lançam mão do planejamento e da gestão para ampliar seus graus de governabilidade.

Dito isso tudo, vale a pena indagar: como é que se pode processar tecnicamente as relações entre planejar e gerir? Dispõe-se de conceitos e técnicas que permitem fazer um processamento tecnopolítico destas relações? Existem métodos, modos, maneiras de se pensar sistematicamente antes de se agir como ator social? O planejamento, que foi implantado em tantos países e regiões com resultados minguidos e até desanimadores, não tinha as mesmas pretensões? Quanto aos possíveis aportes das ciências sociais para uma teoria do planejamento e de técnicas de gestão, não se pode apostar na capitulação prévia de tais tentativas, haja vista a profunda e prolongada crise porque passam as ciências sociais?

De dúvidas e questões como essas brotou minha proposta de Linha de Pesquisa. Meu interesse geral é refletir sobre os fundamentos teóricos e operacionais do processador tecnopolítico de Carlos Matus (1998): sua *ciência social horizontal*, uma metateoria designada de Teoria do Jogo Social, que daria sustento à *teoria de governo* (no sentido

político constitucional-institucional), capaz de fundamentar *métodos e técnicas de governo* – estes desenvolvidos pelo Planejamento Estratégico Situacional, PES.

3 TEORIA E PRÁTICA: ALGO VAI MAL

Matus descreve com acerto a realidade de nosso sistema político. Mais ou menos, ele diz o seguinte. Eleito o governante, passados os primeiros meses de euforia, a cena comum repete-se: e as promessas, onde estão? As estradas, as escolas, os portos, os postos de saúde, o saneamento básico - onde estão? O orçamento foi alterado? As contas vinculadas foram proibidas? Combateu-se a corrupção? A canalização do córrego que com qualquer chuvinha inunda vários bairros não poderá ser realizada? Por que? E as verbas do novo imposto? E nós que votamos para mudar!

Em outros termos, constata-se em muitos municípios, estados e esferas federais de nossos países de nossa América Latina, uma clara conduta cíclica por parte dos governos. Os governantes eleitos têm, no dizer de Matus, grande governabilidade nos primeiros meses. Esse apoio tende a decrescer ao longo do mandato e a maioria não consegue implementar seu projeto de governo. Termina seu mandato com baixos graus de governabilidade, cedendo espaço para a oposição que, quando no comando do Estado, reproduzirá o ciclo de euforia inicial e descrédito final.

Para quem trabalha em ciências sociais, a repetição desse ciclo traz à baila uma pergunta: como essas ciências podem colaborar com a eficiência de governar? Ampliamos o entendimento de governar para além de processos sociais que dizem respeito ao ator governo; podemos estender sua compreensão para todo e qualquer processo coletivo. Assim, a pergunta pode ter vários desdobramentos: o que acontece com essas ciências quando são chamadas a atender questões da prática social? Contribuem com alguma coisa? Para radicalizar: para que servem as ciências sociais da perspectiva de quem deve escolher, decidir, organizar, dirigir, rever e quer alcançar resultados?

As perguntas não são novas. Recendem a naftalina. Pois outras coisas não são que indagações acerca das relações entre teoria e prática. A teoria deveria colaborar para o avanço da eficiência em atingir as metas inscritas no plano e, assim, realizar os objetivos desejados pela maioria que confiou seu voto no eleito. Na realidade, as ciências sociais pouco têm a dizer para quem está no dorso do leão, pois elas se mantêm distantes da prática social. Atêm-se a diagnosticar e explicar. Quando aplicadas, seus usuários, percebendo o enorme valo entre teoria e prática, saem com “na prática a teoria é outra”. O que soa a algo mágico.

Afinal de contas, o que ocorre entre essas relações se um dos princípios básicos da ciência é sua relação com a prática? Não imagino nenhuma espécie de sobreposição entre teoria e prática, tampouco uma espécie de decalcomania. O que me pergunto é sobre

a natureza da separação entre uma e outra. Afinal de contas, a ciência retira seu alimento do mundo da vida e é através de seu processamento teórico e seus embates com a prática que ela avança e acumula conhecimentos.

Algo vai mal nas relações entre ciência social e prática social de planejar. Seja no âmbito federal, estadual ou municipal; seja em todos os âmbitos das ações coletivas. Tudo leva a crer que a nebulosidade a respeito da natureza dos problemas sociais contemporâneos, de um lado, e a natureza parcelada das teorias sociais herdadas e vigentes, de outro, criaram uma zona de desencontros que impede o florescimento de relações frutíferas entre a teoria e a prática, desde uma perspectiva de quem deve exercer funções diretivas.

Na ausência de instrumentos que o ajudem a realizar um cálculo que preceda e presida a ação, o governante, no dizer de Matus, premido pelas demandas do dia-a-dia, é levado à improvisação. Abre-se, assim, caminho para as ações políticas tradicionais, assentadas em valores arcaicos, que levará o governante a fechar-se à prática social, cheia de incertezas e de surpresas e que, por isso mesmo, exige uma mente aberta ao mundo e requer respostas inovadoras.

Não basta, por certo, contar com um manual de ação política ou de gestão – um instrumento que contivesse a fórmula mágica de um “sujeito” iluminando o futuro de um “objeto” – porque cada ação ocorre em uma determinada situação, caracterizada como um espaço de movimentação de alteridades sociais em contínua mudança, impossibilitando a previsão a partir de uma meta fixa. Premido, o dirigente passa a agir guiado por suas próprias predições, potencializando a improvisação, o que redundará em uma baixa governabilidade ou numa governabilidade que não viabiliza as mudanças. Mas, Matus tem uma proposta.

4 PROBLEMAS HORIZONTAIS, CIÊNCIAS VERTICAIS

Uma crítica ao papel das ciências sociais e à sua contribuição para os métodos de governo, juntamente com uma proposta de processamento tecnopolítico de problemas de governo, foram feitas por Carlos Matus (1998). Minha sugestão de pesquisa parte da admissão de que o trabalho deste autor é intelectualmente fértil e, por estar sendo objeto de várias tentativas práticas (aplicação do planejamento estratégico situacional), apresenta-se como oportuno e pertinente.

A preocupação básica desse autor parte das difíceis conexões entre os avanços extraordinários das ciências (físicas, químicas, biológicas e sociais) e suas práticas – com destaque para as práticas sociais. Há diferenças enormes entre, por exemplo, os problemas de medicina – relação médico-paciente – e os problemas de saúde das populações – relação ator-sociedade. Na prática, nem a medicina nem a sociologia nem a economia – como operações que tem fundamento nos departamentos e faculdades de nossas

universidades – dão conta da prática social como a da saúde, em razão de a prática social ser *horizontal*, que não se reporta a um ou outro departamento *vertical* das ciências. Na realidade, a prática social cruza todos os departamentos e tem sua própria complexidade, que não encontra associação no âmbito das ciências.

A prática social não tem apoio numa agregação interdisciplinar das ciências departamentalizadas, uma vez que o simples encontro de pontos de vista entre várias ciências sociais departamentais, a chamada interdisciplinariedade, não produz uma teoria da interação social exigida pela prática social, e pouco ajuda para ações de governo que buscam alicerçar-se na previsão e na gestão das interações sociais nas quais o governo se apresenta como um dos atores.

Os problemas sociais, diz Matus, cruzam *horizontalmente* todas as especialidades e todas as faculdades universitárias e vão mais além da tradicional interdisciplinaridade, pela qual os problemas de saúde, por exemplo, são pensados a um só tempo como problema médico, problema econômico, problema organizacional, problema jurídico, mas sem um enfoque teórico unificado. Poder-se-ia colocar isso de um outro ângulo, levando em conta a economia: é suficiente a teoria econômica, como ciência vertical, para fundamentar a política econômica, uma prática horizontal?

Certamente que essas dificuldades apresentam-se para qualquer ator social. Para qualquer ator o que interessa é o encaminhamento dos problemas e não as ciências como tais ou como elas organizam os problemas. Ator e ciência, ação e reflexão científica têm distintas perspectivas em relação aos âmbitos de observação e prática. A perspectiva do governante é distinta daquela de um médico ou de um economista debruçado sobre o problema “saúde”, porque a natureza do problema social, desde a perspectiva do governante, é distinta. Em termos mais amplos pode-se dizer que há uma séria dissonância entre a oferta científica e a demanda gerada nas práticas sociais.

Essa dissonância não é nova. O que a torna atual é, de um lado, a aceitação por parte de eminentes pesquisadores de rupturas graves entre áreas do conhecimento e o uso social desse conhecimento face às mudanças práticas e, de outro, a busca de uma solução mediante a produção de algo que aglutine a massa de conhecimentos analíticos em uma nova síntese.

5 CRISES, ANÁLISES E PROPOSTAS

Creio que vale a pena citar alguns exemplos dessa dissonância a fim de pôr em evidência como o mundo acadêmico percebeu a situação e reagiu aos desafios provenientes da prática social.

No que se refere à economia, vale o seguinte juízo, sintético e crítico, da mestre Conceição Tavares (1996): “A segunda questão decisiva é o processo de desestruturação

e reestruturação da economia internacional, que teve lugar na década de 80, e que está longe de haver terminado. Neste processo a velocidade tecnológica, a aceleração financeira, a ‘financeirização’, a modernização, a introdução de novos instrumentos, é de tal maneira desvaída, que nada do que se aprendeu em economia nos livros de texto é ainda válido”. Seus escritos mais recentes atestam, com maior ênfase que os anteriores, os esforços envidados para relacionar a “racionalidade econômica” (fundada no corte vertical “neoclássico”) com a dinâmica política e institucional, com destaque para os papéis dos governos nacionais e agências internacionais.

O que pensar dos aportes da economia para a prática coletiva de atores sociais? Onde está a racionalidade econômica, a racionalidade do consumidor – onde está, enfim, a razão da economia? A economia pode criar uma razão própria, um sistema racional fechado, exclusivo? O ator empresário ao praticar essa razão certamente não consegue torná-la realidade sem acordar com outros tipos de razão, como a política, a social e a cultural.

Por certo que convém lembrar que a ciência econômica sempre esteve mergulhada num clima de discordância entre os próprios economistas. Como bem observa Ana Maria Bianchi (1988), essa discordância “não é mais intensa ou mais eterna do que a observada em outras ciências humanas. A sociologia, a ciência política, a antropologia e a psicologia se têm mostrado pródigas em dissensões, a tal ponto que por vezes se é tentado a indagar se já superaram o estágio de pré-ciência. Talvez a discordância entre os economistas nem mesmo seja maior do que a registrada nas ciências físicas, em relação às quais há indícios, ocasionais mas significativos, de um grau de coesão inferior ao que transparece publicamente ... O que importa, antes, é reconhecer que a crítica ao paradigma em vigor [neo-clássico: gm] e a insatisfação resultante podem ser salutares, em seus efeitos sobre a comunidade científica”.

Vale a ponderação da autora e sua observação: “Conduzida sem histeria, num clima propício ao embate de idéias, essa crítica pode criar condições favoráveis para a proliferação de teorias, de que decorra o desenvolvimento de um paradigma concorrente, com condições de ser entronizado”. No entanto, ousaria acrescentar que a economia, a despeito de sua vigorosa contribuição teórica e técnica (independente de paradigma), depara-se com enormes dificuldades em explicar as novas relações práticas que surgiram de forma mais clara a partir dos anos 90 (veja adiante a contribuição de Daly, por exemplo).

Levine (1997), em seu inventário sobre a crise na sociologia, sintetiza as perspectivas teóricas produzidas até o presente, e indica a proliferação de escolas ou “tradições dialógicas” na herança sociológica que estão a exigir alguma espécie de síntese. Vale a pena transcrever sua resposta às crescentes queixas acerca do atual estado de, para dizer o mínimo, perplexidade existente no campo da disciplina: “Vejo pelo menos um problema que encontra seu paralelo em nossa cultura geral. Esta se relaciona à escassez de idéias e de ideais para nos fornecer um propósito e direção moral sob condições sociais e

tecnológicas radicalmente transformadas. Pode-se dizer que isso é um problema de exaustão de nossos recursos simbólicos”.

É sugestivo que o autor, ao refletir sobre os atuais esforços dialógicos, isto é, a incorporação dos fatores não-rationais na constituição de uma racionalidade viável – “o diálogo não é apenas um meio para superar a fragmentação e promover a coerência em disciplinas acadêmicas, nem somente uma forma de substituir polêmicas estereis por investigações criativas” – conclua da seguinte maneira: “Paradoxalmente, o resultado final da busca de uma ética racional pode ser localizar tal ética na estrutura da própria busca”. Vale dizer que estamos à deriva: não há um objetivo pelo qual lutar; deve-se elaborá-lo no próprio dia-a-dia. Fins e meios reaparecem como uma espinhosa questão.

Essa situação percebida nos âmbitos cultural e teórico, com evidentes mas não esclarecidas implicações na vida prática, vêm subscrever a interpretação do historiador Eric Hobsbawm (1995) da profunda crise geral em que estamos mergulhados e que ofusca nossa capacidade de pensar a organização de nossas sociedades. O que marca a presente atualidade histórica não é “a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as formas”. Ainda mais óbvia que as incertezas da economia e da política mundiais, diz Hobsbawm, era a crise social e moral que se generalizou nas décadas de 1970 e 80. Foi uma crise das crenças dos supostos sobre os quais se apoiava a sociedade moderna desde que os Modernos ganharam a batalha contra os Antigos, no início do século XVIII: uma crise das teorias racionalistas e iluministas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo.

O que dizer agora? Ora, se o caráter cumulativo da ciência se desenvolve graças à resolução progressiva de problemas tanto empíricos como teóricos, como sustenta Levine, podemos inferir que as narrativas herdadas perderam a credibilidade e a força de enfrentar os problemas para os quais elas deveriam ter alguma explicação e alguma proposta de resolução. Ou será que estou exagerando?

Entrementes, a vida intelectual científica borbulha e busca novos caminhos que ultrapassem essa crise. Crise mesmo e não apenas discordâncias. Ainda que nem todos compartilhem dessa visão crítica radical, a busca de saídas pipocou por todos os lados. Vamos a alguns exemplos.

Indo mais além da constatação crítica de crise no plano teórico, podemos registrar algumas tentativas de ultrapassá-la mediante algum tipo de proposta. Uma delas é a proposta interdisciplinar de Morgan (1996), na área de Organizações e na de Administração de Empresas. Em ambas áreas, a discussão diz respeito à gestão estratégica e planejamento empresarial. Para construir um esquema referencial que permita elaborar uma explicação mais realista de uma organização (e que seja capaz de fornecer indicações mais adequadas de gestão empresarial), Morgan lança mão de várias metáforas. O termo metáforas, diz o autor, é utilizado para englobar o processo genérico de cruzamento de imagens, através do qual A é visto como B. “A premissa básica na qual o livro está apoiado

é de que nossas teorias e explicações da vida organizacional são baseadas em metáforas que nos levam a ver e compreender as organizações de formas específicas, embora incompletas”.

Assim, ele toma a metáfora “as organizações vistas como organismos” para indicar a absorção de avanços teóricos na biologia que foram usados, e redefinidos, por escolas e estudiosos das organizações empresariais. O mesmo faz com a metáfora “cultura”, a metáfora “psíquica”, a de “sistemas políticos”, a de “sistemas auto-reprodutores”, a “lógica da causalidade mútua”, a “lógica dialética”. O resultado de sua proposta de estudo organizacional é chamar a atenção para a necessidade de uma acurada habilidade teórica e técnica que o estudioso deve possuir ao usar o conjunto das metáforas. Vale dizer, Morgan admite, de um lado, a inexistência de um modelo (teoria geral) cuja aplicação possibilitasse uma explicação da dinâmica organizacional e, de outro lado, a necessidade de um sujeito proceder à reunião das aludidas metáforas toda a vez que se desejasse explicar e intervir em uma organização.

Um outro exemplo de esforço interdisciplinar, que busca reunir elementos das áreas de Engenharia, Administração da Produção, Administração Geral e Economia, é a tese de doutoramento de Gonçalves (1990). Baseado em estudos teóricos e assessorias na área de transformação produtiva, o autor elaborou um referencial teórico com base em um conjunto de conceitos coletados de várias ciências e imantados entre si pela teoria dos sistemas, designando seu enorme esforço de “relações de interdependência organizacional sinérgicas”.

Os trabalhos de Morgan e de Gonçalves nos indicam que as disciplinas herdadas são relevantes sem dúvida e que muito têm a prestar em termos de rearranjos teóricos. Mas revelam também que, para serem utilizadas no diagnóstico e na superação de novos problemas, exigem um enorme esforço de integração intersubjetivo. O que parece ser uma boa pista por trazer à superfície a questão da subjetividade, até então sempre contraposta a uma pretensa objetividade pura.

Um outro exemplo, se bem que distinto dos anteriores, é o esforço de Cerroni (1993). Trata-se de um autor preocupado em superar os fundamentos físicos e filosóficos herdados pelas ciências sociais. Cerroni está preocupado com a unificação das ciências sociais a partir de um método comum. “O problema crucial de nosso tempo, no plano intelectual, é o da fundação de uma ciência da sociedade que desenvolva em termos positivos a crítica da metafísica filosófica e que, num criativo confronto com a ciência natural, ponha fim ao modelo fiscalista. Pode-se também dizer que o problema da unificação da ciência põe-se não como extensão às disciplinas sociais do modelo científico elaborado principalmente pela física, mas como especificação de um método de conhecimento apto a fornecer uma explicação da especificidade do objeto social”.

Sua busca de unificação das ciências sociais num sistema integrado de conhecimentos deve ocorrer conjuntamente com a especialização técnica das disciplinas, “de modo

que a ciência da sociedade se constitua como *sistema de sistemas*, cujas técnicas diferenciais convergem todas para a reconstrução do unitário objeto social". Como um enciclopedista, Cerroni examina com verbetes de "ciência política" para mostrar a insatisfação crescente para com o reducionismo com que foram tratados, sugerindo a necessidade de sua fundação numa ciência social ainda que com especificidades próprias que a qualifiquem como um dos sistemas do sistema geral "ciência do social". O que vale registrar é a busca de uma grande síntese científica no campo das ciências sociais. Acontece que Cerroni apenas expôs um esboço metodológico genérico.

Passos mais ousados, em termos de propostas, foram dados por autores que se propuseram a produzir no âmbito transdisciplinar. Aqui, o esforço de integração aparece explicitamente como a elaboração de uma nova síntese, um novo esquema de referência, uma nova teoria, de fato, uma metateoria. Um exemplo notável desse tipo de esforço pode ser encontrado em Daly (1996), que propôs uma nova teoria, capaz de sintetizar, via integração e reelaboração teóricas, as relações entre a microeconomia neoclássica, a macroeconomia ligada à política e algumas ciências da natureza, esta última mediante a utilização da segunda lei da termodinâmica.

Tudo isso compõe o que Daly designa de "Macroeconomia Ecológica". Seu núcleo duro é o estudo "das trocas físicas que cruzam as fronteiras entre o sistema ecológico total e o subsistema econômico". A macroeconomia ecológica é a resposta de Daly à crise dos aportes disponíveis na economia neoclássica para encaminhar os problemas novos provocados pela expansão do sistema econômico em escala mundial, que está a exigir não apenas uma racionalidade alocativa (microeconômica), tampouco apenas uma racionalidade distributiva (macroeconômica) mas também uma racionalidade que combine o capital feito pelo homem com o capital natural, tendo em vista o desenvolvimento sustentável (sistema ecológico total).

O que chama a atenção em Daly é não apenas o notável esforço teórico, mas o igualmente notável esforço técnico e, para o que nos interessa, as ofertas científicas para quem deve processar problemas na prática. Daly aponta explicitamente para a política como parte integrante do processamento tecnopolítico da questão ecológica.

6 A PROPOSTA DE MATUS E A LINHA DE PESQUISA

A mesma saudável ambição transdisciplinar de Daly encontramos em Matus (1997; 1998). Os esforços deste autor estão registrados em vários livros e artigos, esforços que estão em contínua expansão teórica e aplicativa. Sua ambição é a de construir uma teoria que fundamente a ação social de governar, que requer o processamento tecnopolítico dos problemas sociais para alcançar graus crescentes de efetividade.

"A tarefa de construir uma *ciência social horizontal* é a base para reconstruir uma

teoria de governo capaz de fundamentar os *métodos de governo*. É a base para o desenho de uma *Escola de Governo* capaz de superar a simples *interdisciplinaridade* que se expressa em uma oferta de supermercado de cursos que mostra, ao gosto do consumidor, toda a variedade das disciplinas do mundo. Sem método é impossível governar com eficácia e preservar o valor da democracia perante os cidadãos".

Este autor nos interessa de um modo particular e central. Sua obra teórica e empírica, vale repetir, que está em contínua expansão e revisão, apresenta-se para nós como algo novo e muito fértil para abordarmos o tema da presente Linha de Pesquisa. O que implica em três tarefas.

A primeira tarefa é a de conhecer a proposta de Matus. Sua bibliografia é numerosa e se estende em livros e artigos. É comum que um pensador, que é também ativista, tenha uma espécie de evolução de seu modo de pensar e de reavaliar seu método de planejamento. Minha opção primeira é a de considerar sua obra mais acabada e mais recente como a mais completa para se proceder uma avaliação.

A tarefa seguinte será a de esboçar algum tipo de avaliação de sua teoria, a metateoria *Jogo Social*. Cabe então examinar a consistência entre a teoria e o método de planejar. Por ser um autor conhecido em vários países da América Latina, Brasil inclusive – deu vários seminários em Brasília, Rio e São Paulo, aqui é, inclusive, o mentor do Curso de Ciências e Técnicas de Governo (Citeg) e que foi transformado em um Pós *Latu Sensu* na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) – ganhou variada acolhida, favorável e crítica, que não pode ser deixada de lado na tarefa que me propus.

A terceira tarefa é a de tentar redigir algo que possa ser útil para os atores sociais metidos nas práticas coletivas. Aproveitando, copiando e revendo o trabalho do mestre Carlos Matus.

Impus-me essas tarefas depois que li, rapidamente e com sofreguidão, duas obras de Matus (1997; 1998). A leitura me deu a impressão de que o trabalho desse autor tem o vigor de nos obrigar a repensar as relações entre teoria e prática, num mundo em que as certezas herdadas de nosso passado intelectual, recente inclusive, findaram e se fragmentaram. Parto do suposto de que Matus meteu o dedo numa ferida chave: a fragmentação das ciências sociais bloqueia sua fertilidade potencial para práticas sociais eficientes.

Como assinalou a Comissão Gulbenlian para a Reconstrução das Ciências Sociais (1996): "Tal como as novas razões aduzidas pelos estudiosos das ciências naturais vieram abalar a divisão organizativa entre os dois superdomínios das ciências naturais e sociais, assim também os novos argumentos trazidos pelos proponentes dos estudos culturais vieram abalar a divisão organizativa entre os superdomínios das ciências sociais e das humanidades. Estes projetos culturalistas puseram em causa todos os parâmetros teóricos existentes, inclusive os que já se caracterizavam pela sua crítica de umas ciências sociais nomotéticas e convencionais".

Agora, outra coisa é se a proposta de Matus é eficiente ou não. Mas, quero reiterar que creio que o mérito maior de Matus está em nos obrigar a repensar a enorme relevância que os métodos e as técnicas têm nos processos de inovação social, que obrigatoriamente levam em conta as relações políticas.

7 BIBLIOGRAFIA

BIANCHI, Ana Maria. *A Pré-História da Economia. De Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. 168 p.

CERRONI, Umberto. *Política. Método, teorias, processos, sujeitos, instituições, categorias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, tradução de Marco Aurélio Garcia, 1993. 129 p.

COMISSÃO GULBENKIAN. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1996. 151 p.

DALY, Herman E. *Beyond Growth. The Economics of Sustainable Development*. New York: Beacon Press Books, 1996. 238 p.

GONÇALVES, Marilson. *Contribuição ao estudo dos processos de interdependência organizacional e tecnológica*. Tese de doutoramento apresentada junto à Escola Politécnica da USP: São Paulo, 1990. 247 p. Mimeografo.

HOSBAWM, Eric. *A era dos Extremos. O breve século XX*. São Paulo: Cias. Das Letras, tradução de Marcos Santarrita, 1995. 598 p.

LEVINE, Donald. *Visões da Tradição Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, tradução de Álvaro Cabral, 1997. 325 p.

MATUS, Carlos. *Adeus, Senhor Presidente. Governantes Governados*. São Paulo: Edições FUNDAP, tradução de Luís Felipe del Riego, 1997. 381 p.

MATUS, Carlos. *Teoría de la Producción y el Juego Social*. Caracas: Fundación Altadir, marzo, 1998. Mimeogrado. 337 p.

MORGAN, Gareth. *Imagens da Organização*. São Paulo: Editora Atlas SA, tradução de Cecília W. Bergamini e Roberto Coda, 1996. 421 p.

TAVARES, Conceição. *Estudos de Economia do Setor Público*. In: BRAGA, José (org.). *Infra-estrutura econômica e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/IESP, janeiro, 1996.